

NOTAS SOBRE CONCORRÊNCIA CAPITALISTA E SUBDESENVOLVIMENTO*

NELSON CASTAN

Economista, Mestrado em Economia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS e Mestrado e Doutorado pela New School for Social Research, New York, Professor da Pontifícia Universidade Católica – RS, Técnico da Fundação de Economia e Estatística

"A concorrência é regulada *a priori* pelas condições (técnicas) de produção. Estas condições estabelecem os limites à variação dos valores ou dos preços médios."

Isaak I. Rubin

I – À Guisa de Introdução

Entre as várias concepções não *neoclássicas*, algumas contemplam, com maior ou menor grau de explicitação, os mecanismos específicos da reprodução desigual e combinada do sistema capitalista no mundo. Economistas de inspiração keynesiana, ricardiana e marxista têm, como centro de suas teorias, *mecanismos econômicos* aos quais atribuem as razões primeiras do subdesenvolvimento, entendido como processo em marcha no âmbito de um sistema capitalista mundial já consolidado ao longo do século passado.

Deve-se ressaltar que essas proposições buscam formular mecanismos especificamente econômicos, baseados nas diversas concepções do funcionamento de uma economia capitalista. Isso não significa, no entanto, que considerações de natureza sociológica, cultural e/ou política – as quais tenham resultado em um certo balanço de forças sociais, crucial em determinado entroncamento da história de alguma nação – não constituam material de importância ao se analisar o processo de subdesenvolvimento. No entanto esses elementos adquirem sentido somente à luz daquelas concepções de funcionamento. Nestas notas, considerações de tal natureza são propositadamente deixadas à margem. Em um outro empreendimento, mais abrangente, tais elementos devem ser incorporados para que a teoria que se queira construir se aproxime mais ainda das experiências históricas.

Assim, estas notas têm uma preocupação meramente teórica e os exemplos arrolados têm objetivo ilustrativo, não sendo invocados como "prova" da

* Agradeço aos amigos e colegas do New School, Antonio Sérgio Monteiro e João Heraldo Lima, pelos comentários e críticas à versão inicial deste artigo.

história à análise teórica. Naturalmente, acredita-se que esta análise corresponde à história econômica observada, passada e presente, a qual pode ser sistematicamente explicada, em grande parte, pelos mecanismos ora discutidos.

Para clareza de argumentação e no intuito de distinguir a presente posição das demais, identifica-se em breves termos os diferentes mecanismos econômicos propostos como explicação básica para o subdesenvolvimento, os quais não serão considerados de maneira sistemática. Os mecanismos de "apropriação desigual dos frutos do progresso técnico", "o intercâmbio desigual", "a ausência de mercados internos", "a dialética da dependência" e "as peculiaridades históricas do processo de transição ao capitalismo" constituem corpos teóricos extensos e complexos e, embora tenda-se a não concordar com as linhas de análise que eles representam, não se pretende aqui criticá-los com mais vagar.

Discutir-se-á, isto sim, o significado e os efeitos da competição capitalista, processo que dá especificidade ao mercado mundial em consolidação ao longo do século passado. Esse metabolismo econômico entre países com acentuadas diferenças no grau de desenvolvimento de suas forças produtivas resulta das posições relativas e das vantagens daí decorrentes, que desfrutam as unidades empresariais, conforme o lugar que ocupam no espectro de produtividade, dentro da esfera econômica em que atuam. A posição de privilégio não advém de qualquer poder monopólico, como, por exemplo, o poder de fixar preço, exclusividade de mercado etc., mas sim da competitividade "par excellence" da unidade de capital, da sua habilidade de produzir a custos unitários mais baixos e da sua habilidade de inovar e manter, assim, sua posição de produtor privilegiado. É essa posição na hierarquia de produtividade em cada ramo econômico que melhor sumariza o estágio em que se encontram as forças produtivas nos diferentes países.

II – Considerações Sumárias sobre Diferentes Propostas

Os diferentes diagnósticos do subdesenvolvimento apóiam-se em concepções ou ênfases divergentes acerca da dinâmica específica do modo de produção capitalista. Assim, a crítica daquelas teorias é a crítica às concepções mais gerais que utilizam do funcionamento próprio de qualquer economia capitalista. É sob esse prisma que se deve incursionar no exame da "apropriação desigual do progresso técnico", do "intercâmbio desigual", da "ausência de mercados internos", das "peculiaridades do processo de transição" etc.

Nessa última proposição, a causa principal na explicação do atraso econômico (ou do seu oposto, o crescimento) *antecede* o capitalismo propriamente. Em uma de suas vertentes, a acumulação continuada e o desenvolvimento das forças produtivas ocorre como expressão de um sistema de trabalho assalariado, quando a força de trabalho transforma-se em mercadoria.

"Somente quando o trabalhador foi destituído da posse dos meios de produção e libertado de qualquer relação direta de dominação (como escravidão ou servidão), ambos capital e força-de-trabalho são 'livres' para efetivar sua combinação ao mais alto nível de tecnologia.

Somente quando eles são livres, esta combinação se torna *realizável e desejável*.

"Somente quando eles são livres, esta combinação se imporá como *necessária*. Somente sob condições do trabalho assalariado livre as unidades individuais de produção ... serão forçadas a comprar (força-de-trabalho e meios de produção) com o objetivo de vender, a comprar para subsistir e reproduzir e, em última instância, para expandir e inovar de maneira a manter sua posição em relação a outras unidades concorrentes." (Brenner, 1977, p.32, tradução do autor, grifado na fonte).

Observa-se, portanto, que a problemática desenvolvimento-subdesenvolvimento é aqui tratada no âmbito da questão da "assim chamada acumulação originária" (Marx, 1967). O objeto de análise é a formação de um sistema específico de classes sociais no contexto do processo original de transição ao capitalismo, em regiões isoladas. Nesse sentido é que a problemática precede ao capitalismo como sistema já instalado e em produção.

Como se verá mais adiante, a questão central apontada por Brenner não perde validade. No entanto, deve ser colocada em um contexto distinto, ou seja, do capitalismo já instalado em escala mundial. Passa a ser questão subsidiária, cuja abordagem pressupõe o entendimento dos mecanismos de reprodução especificamente capitalistas. Em outras palavras, a "acumulação originária" passa a ser condicionada à expansão do capital.

A questão da transição também aparece, sob outra forma, nos trabalhos de Frank. Segundo esse autor, o processo de formação de uma economia mercantil em escala mundial está na base do "desenvolvimento do subdesenvolvimento". O tratamento da questão específica — o espraiamento de relações capitalistas de produção a partir do desenvolvimento comercial e da divisão social do trabalho — não requer observações para efeitos deste artigo (uma apreciação extensiva da questão da transição segundo Frank, Wallerstein e Sweezy está em Brenner, 1977). O importante a salientar na proposição de Frank é que o estabelecimento da unidade do mercado mundial traz como aspecto necessário a transferência de riqueza da periferia para o centro.

"... desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico são faces opostas da mesma moeda. ... O mesmo processo histórico de expansão e desenvolvimento do capitalismo pelo mundo tem gerado — e continua a gerar ambos desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento estrutural. ... As metrópoles expropriam o excedente econômico de seus satélites, apropriando-o para o seu desenvolvimento. Os satélites permanecem subdesenvolvidos por serem-se privados de seu próprio excedente..." (Frank, 1970, pp. 14-15, tradução do autor).

Proposições como do tipo acima também não buscam o equacionamento de uma dinâmica específica na expansão do capital. A atividade mercantilista ao longo dos séculos XV a XVII e a integração mundial sob a égide do capital a partir do século XVIII são vistas como processos de uma mesma natureza. Esse simplismo revela a fraqueza da proposta quanto ao entendimento da lógica e mecanismos de transferência de renda no sentido periferia — centro. Embora se veja com reservas a validade da vinculação entre o processo de subdesenvolvimento e a apropriação desigual dos resultados da produção, a dificuldade dessa proposta é maior ainda pois ela não oferece uma análise de quais e como funcionam os mecanismos de apropriação desigual. Essa lacuna na formulação teórica redundando na incapacidade em distinguir *racionais* efetivamente diferentes.

Assim, as formas específicas como opera a "cadeia de apropriação de excedente" é algo por ser demonstrado. A continuidade teórica embutida nessas proposições é contraditória à ruptura existente entre a lógica do mercantilismo e a do capital. Mecanismos compulsórios de comércio, característicos do período mercantil-colonial, podem estar na origem da *imposição* à periferia do papel de suprir as necessidades produtivas e de consumo nos países cênicos, exportando a esses matérias-primas e alimentos. Esse processo obedece a uma lógica determinada e pode implicar alguma transferência de excedente. No entanto, a reprodução do subdesenvolvimento como produto da troca de mercadorias, própria da liberdade do capital, requer uma outra lógica. No capitalismo é a chamada lógica do mercado, ou da concorrência, que se impõe.

Dá-se uma inversão interessante. Na lógica colonial, a força imperialista decretava a apropriação pura e simples da riqueza. Para tanto era indispensável a intervenção ostensiva, estabelecendo uma relação de subordinação política aberta. Na sua expressão intervencionista mais recente, o imperialismo impõe aos renitentes a lógica do capital, a lógica da eficiência produtiva. A força, quando necessária, é o instrumento que impõe a liberdade..., do capital em se expandir e valorizar.

"... ao longo de seus (Frank) escritos não existe qualquer tentativa em definir a natureza dessa relação de dependência (entre satélite e metrópole) — ou seja, em situar as contradições econômicas específicas que estão na origem da relação de dependência. ... O caráter da relação entre metrópole e satélite... opera em cada caso como um tipo de dependência bastante distinto. Parece-me mais útil ressaltar essas diferenças e descontinuidades do que tentar mostrar a continuidade e identidade do processo desde Hernan Cortes até a General Motors." (Laclau, 1971, pp. 34 e 37, tradução do autor).

Proposições como essas, que buscam um princípio único para explicar o desenvolvimento desigual e combinado ao longo de cinco séculos, não podem oferecer mecanismos específicos — inclusive mensuráveis — que concretizem o processo em estudo. O nível de generalidade em que o assunto é tratado não comporta a identificação das formas próprias do capital se expandir. Essas formas devem ser localizadas no conceito de capital, na idéia de capital como sujeito dentro do modo de produção que atua sobre seus objetos — os agentes do processo (assalariados e capitalistas) e a natureza. A estratégia assim concebida é a mesma para estudar a reprodução do subdesenvolvimento, captado como relação entre países, regiões e até dentro de um mesmo espaço econômico nacional.

Seguindo na apreciação sucinta sobre diferentes linhas teóricas na questão do subdesenvolvimento, a concepção da CEPAL (1949) — "apropriação desigual dos frutos do progresso técnico" e a de Emmanuel (1972) — "o intercâmbio desigual" tem algo em comum. A semelhança básica é que não utilizam a metodologia marxista da concretização sucessiva: partindo da categoria valor e reproduzindo ao nível da teoria as diferentes formas que o valor se transmuda até chegar ao nível dos preços observados. Ao contrário, as teorias da CEPAL e de Emmanuel não só tiveram como estímulo a "deteriorização dos termos de troca" como utilizam categorias fenomenológicas (formas aparentes) para explicar essa evolução de preços.

"... distinções devem ser feitas entre o essencial e o não-essencial, entre formas fundamentais e meras 'formas aparen-

tes'. 'Toda ciência, diz Marx, seria supérflua se a *forma aparente* fosse diretamente idêntica à *essência*'. ... A pesquisa científica nunca se deve limitar simplesmente a 'compreender as aparências ao nível da superfície'. Ao contrário, deve ir mais além, desde as meras 'formas aparentes' até a 'essência intrínseca', ao 'cerne estrutural' submerso do processo econômico. Somente dessa forma é que se pode localizar o 'princípio' (que governa) as formas aparentes e apreender (através das descobertas das mediações) essas formas como necessárias. ... A diferença (em relação à filosofia Hegeliana) ... é que o 'sistema de mediações' em Marx não se esgota com meros conceitos, mas é orientado na direção de apreender a totalidade do concreto." (Rosdolsky, 1968, p. 13, tradução do autor, grifado na fonte).

Na dinâmica Cepalina, a categoria *demandá* aparece em várias instâncias. Por exemplo, postula uma relação assimétrica entre efeitos induzidos a partir das atividades industriais e primárias.

"... o aumento da atividade industrial fomenta a atividade primária; esta, ao contrário, não possui o poder de estimular a atividade industrial." (CEPAL, 1949, p.49, tradução do autor).

Esse raciocínio embasava uma das idéias de dependência no paradigma Cepalino. O crescimento da periferia ficava condicionado ao vigor da *demandá* cêntrica.

Outro elemento explicativo da evolução dos termos de intercâmbio são os salários. O excedente estrutural de mão-de-obra reduz continuamente os salários nos países periféricos, pressionando os preços de seus produtos à baixa e impedindo que os países pobres participem nos ganhos de produtividade das "economias industriais". Essa "apropriação desigual dos frutos do progresso técnico" também está contida ao nível fenomenológico, o que lhe tira força teórica. O argumento em si pode conter em situações específicas algum germe de verdade. No entanto, a generalidade que lhe é atribuída é totalmente improcedente. A evolução do preço deve ser analisada a partir da categoria valor unitário individual, agregando determinações adicionais, — valor unitário social, taxa de mais-valia, composição orgânica, preço de produção — sucessivamente até se alcançar a categoria preço de mercado. Como se vê, ao longo desse trajeto complexo, a taxa de mais-valia entra como *um* de seus elementos apenas.

A problemática Cepalina é mais abrangente, abarcando outros tipos de questão além das apontadas acima. Somente para citar, os impasses se localizam também na escassez de poupança, na fragilidade da demanda interna em confronto com os tamanhos mínimos de planta requeridos pelas técnicas avançadas, na inadequação da tecnologia vis-à-vis a constelação de recursos produtivos, na ausência de um setor produtor de bens de capital etc. Não é tentada uma organização racional de todos esses elementos a partir do conceito de capital como sujeito e de suas necessidades e formas de expansão. Essa falha metodológica conduz à impotência explicativa da teoria, desembocando em "soluções" — a planificação — contraditórias com a natureza própria do capitalismo. A estrutura teórica Cepalina tem como uma de suas inspirações a ideologia do Estado como Deus "ex-machina", como *criador* (ao invés de mero viabilizador de condições preexistentes) do capitalismo periférico.

O trabalho de fôlego de Emmanuel (1972) insere-se em um quadro Sraffiano, comparando uma situação inicial de preços de produção com outra, modificada como resultado da mudança da taxa de mais-valia. A diferença resultante desse movimento, de *preço para preço*, é a troca desigual no sentido estrito, específico à dicotomia países centrais-periféricos.

"... intercâmbio desigual é a proporção entre preços de equilíbrio estabelecidos através da equalização dos lucros entre regiões em que a taxa de mais-valia é "institucionalmente" diferente..." (Emmanuel, 1972, p.64, tradução do autor).

Emmanuel apresenta a categoria salário como *independente*, fechando seu sistema de equações em claro contexto Sraffiano. Por isso é fortemente criticado por Bethelheim que vê aí um problema metodológico grave. De fato, a formação de salários ínfimos nos países subdesenvolvidos é em si um processo a ser explicado dentro da dinâmica centro-periferia. Essa opção de Emmanuel é mais um sintoma do quadro metodológico que utiliza. À medida que se restringe ao universo das formas aparentes (preço de produção — salário — novo preço de produção), essa concepção é incapaz de captar *outros* mecanismos de transferência de riqueza (por exemplo, na formação do valor unitário social), não só teoricamente válidos como, quem sabe, historicamente marcadamente mais relevantes.

"A rejeição (na teoria em debate) da teoria do valor trabalho é confirmada pelo 'status' teórico dos preços de produção. A determinação dos preços de produção pelo valor é abandonada por Emmanuel e estes preços de produção tornam-se correspondentes ao mais alto nível de abstração no capitalismo. Valor, portanto, torna-se totalmente supérfluo e preços de produção indeterminados tornam-se os reguladores dos preços de mercado." (Iguinez Echeverria, 1979, p.119, tradução do autor).

III — Acumulação Primitiva e Formação do Mercado Interno

O contexto próprio do estudo do subdesenvolvimento é a questão da *acumulação primitiva*, a qual se propõe a captar a *generalização* de relações capitalistas de produção. Trata-se do processo (mais associado a atividades urbanas) em que uma economia mercantil progressivamente se transforma, incorporando mais e mais o trabalho assalariado como característica básica. Os pequenos produtores de mercadorias cada vez mais se integram ao mercado, e a concorrência então os pressiona ao aumento de produtividade ou os leva ao desaparecimento. Essa é uma gênese de longa duração e cheia de peculiaridades, conforme a história de cada região. O importante aqui é salientar que *não* se está tratando do problema clássico da transição. Este, a assim chamada "*acumulação originária*", é o processo da separação entre produtores e meios de produção através de métodos coercitivos extra-econômicos, isto é, métodos políticos apoiados na violência ostensiva ou no uso de meios legais.

"Na história da acumulação originária... todos aqueles momentos em que grandes contingentes de pessoas são repentina e forçadamente separados de seus meios de produção e levados como proletários livres e sem vínculos ao mercado de trabalho [agem como alavancas para a classe capitalista no proces-

so de sua formação]. A expropriação do produtor agrícola do camponês, de sua terra, é a base de todo processo. A história desta expropriação, em países diferentes, assume aspectos diferentes e percorre suas várias fases em ordens diferentes de sucessão, e em épocas distintas." (Marx, 1967, p.716, tradução do autor).

Essa questão da *acumulação originária* ainda hoje está presente em zonas de fronteira agrícola. No entanto, seu papel no desenvolvimento recente do capitalismo periférico é mais limitado pela pequena magnitude de recursos e pessoas que envolve.

Ao contrário, o aprofundamento da produção para o mercado, a diferenciação entre produtores de mercadorias, o uso crescente de mão-de-obra assalariada, a acumulação de capital e as revoluções nos métodos produtivos constituem-se em movimentos que dão substância a essa idéia síntese *acumulação primitiva*. Trata-se de um processo genético que naturalmente evolui a partir de condições existentes. Ora, o subdesenvolvimento em áreas localizadas significa o bloqueio desses movimentos, os quais ocorrem com atraso e lentidão, levando essas regiões ao raquitismo econômico. Cabe, pois, entender as forças que bloqueiam aquele processo genético-social.

Em uma economia caracterizada pela produção de mercadorias, unidades econômicas heterogêneas surgem, diversificam-se os ramos produtivos e a produção para autoconsumo se retrai. Esse crescimento progressivo na divisão social do trabalho tem como seu outro lado a formação do mercado interno. Trata-se de um processo de diferenciação entre unidades produtivas em que os menos capacitados se vêem impossibilitados de continuar na atividade. Desaparecem como proprietários e "ressurgem" como assalariados, meio de sobrevivência que lhes resta. Paralelamente, seus meios de produção — instrumentos, oficina, terra etc. — são "expropriados", transformados pelo metabolismo econômico em capital. A produção mediada pelo mercado aumenta de duas formas. Não só a atividade do trabalhador enquanto produtor simples de mercadorias é absorvida pelo capital, como também sua produção para autoconsumo desaparece. De um lado esse produtor se proletariza; de outro todas suas necessidades passam a ser atendidas via mercado.

É importante perceber que esse processo redonda sempre na ampliação do *mercado para o capital*, indiferente à provável pauperização desses novos assalariados em relação à sua situação anterior. Uma parcela cada vez maior do conjunto da reprodução social é mediada pelo dinheiro.

"... 'a liberação' de uma parcela de produtores dos seus meios de produção necessariamente implica que estes passem para outras mãos, que se convertam em capital; implica, consequentemente, que os novos proprietários desses meios de produção produzam como mercadorias aqueles produtos anteriormente consumidos pelo próprio produtor, isto é, que se expanda o mercado interno.

... Não é absolutamente o bem-estar do trabalhador que é importante para o mercado, mas sim a posse de dinheiro; a diminuição do bem-estar do camponês, quem antes operava uma economia quase exclusivamente natural, é compatível com um aumento de dinheiro em sua posse, tanto mais quanto maior for a necessidade de vender sua força de trabalho e maior a parcela dos meios de subsistência (embora mais minguados) que

ele deve adquirir via mercado." (Lenin, 1977, p.42, tradução do autor).

A problemática da *acumulação primitiva* e do mercado interno, como vem sendo posicionada, requer que se identifique a questão mais específica do mercado interno de consumo (entenda-se consumo individual). Como visto em linhas gerais, a gênese do mercado para o capital pode vir acompanhada de uma redução no nível de consumo individual. A parcela do mercado constituída pela demanda de consumo dos assalariados reduz-se proporcionalmente e surge a concepção de que se está frente a uma das mais relevantes barreiras à acumulação — os baixos salários.

A idéia da ausência de demanda como *origem primeira* da crise econômica constitui-se em escola de pensamento — as chamadas teorias subconsumistas da crise capitalista. Dentre essas, a vertente que mais tem sido identificada com a questão do subdesenvolvimento indica precisamente a baixa absorção e remuneração da mão-de-obra nas áreas periféricas e a pequenez do mercado de consumo daí decorrente, como um dos obstáculos maiores ao crescimento. No paradigma Cepalino, essa concepção é captada através das funções de produção dos setores de exportação. As baixas taxas de salário em conjunto com a pequena absorção de trabalhadores, características das economias mineiras (intensivas em capital) e economias de pecuária e culturas perenes, estão na base da incapacidade do "crescimento para fora" diversificar-se internamente, criando um mercado interno de bens de consumo.

O desdobramento da idéia da *acumulação primitiva*, segundo o conceito próprio de capital, hierarquiza o processo e mostra como a constituição do mercado interno é logicamente *derivada* das condições de produção. A existência de força de trabalho como mercadoria e a possibilidade de uma certa taxa de mais-valia e de lucro que remunerem o capital são precondições suficientes em uma *economia fechada* para que a produção capitalista se desenvolva. Dados esses pressupostos, o mercado constitui-se como *resultado* da atividade econômica. Esse é um dos sentidos da primazia da produção no capitalismo. O sistema move-se estimulado pela perspectiva do diferencial dinheiro, d' menos d , ou seja, pelas possibilidades de sucesso no circuito $d - m - d'$ de cada capital individual.

O erro lógico fundamental de muitas análises — como a Cepalina por exemplo — é confundir o móvel do capitalismo. A acumulação, e não o consumo, e muito menos o consumo da classe trabalhadora, é a razão de ser do sistema. O mercado de consumo, no seu sentido mais amplo, constitui-se a partir das decisões de produzir. Tanto o circuito de reprodução dos meios produtivos que gera o mercado intercapitalista como os circuitos de renda dos assalariados e proprietários que gera o mercado de consumo individual estão embutidos e determinados pelo circuito do capital dinheiro na produção. Se esse ocorrer, os outros seguem logicamente. Tanto o mercado de matérias-primas e equipamentos como o mercado de bens de salário fluem das decisões de investir tomadas pelos capitalistas, a cada novo ciclo produtivo.

Especificamente quanto ao consumo dos trabalhadores, o erro lógico da concepção Cepalina assume mais uma dimensão. Um dos elementos que condicionam o sucesso do circuito $d - m - d'$ é exatamente uma alta taxa de mais-valia, ou seja, uma *baixa* taxa de salário. O que representa barreira no paradigma Cepalino é, na verdade, um *estímulo* à produção capitalista.

Dentro dessa mesma lógica do capital, pode-se ver que a questão da reprodução material também não é prejudicada pelo declínio relativo do

mercado de bens de consumo. Historicamente, o capitalismo se caracteriza pelo crescimento mais que proporcional do consumo produtivo — máquinas-primas, máquinas etc. Essa tendência é a materialização da própria natureza do progresso técnico nesse modo de produção. Assim, a retração relativa no mercado de bens de consumo pessoal corresponde uma expansão dos setores de bens de produção.

Ainda explorando um pouco mais as incongruências propostas pelo modelo Cepalino, cabe considerar o significado do elevado grau de mecanização das economias mineiras e as economias agrícolas de pecuária extensiva ou culturas perenes. Trata-se de atividades que absorvem pouca mão-de-obra mas que operam em níveis de produtividade mais altos, concorrendo inclusive no mercado internacional. Foram os setores das economias periféricas que se revelaram mais viáveis, não só pela dotação de recursos naturais, mas também (e.g. a extração mineral) por terem se modernizado, investindo em tecnologia poupadora de mão-de-obra. As atividades deste tipo permitiram a inserção das áreas atrasadas no mercado mundial. Isso foi possível devido, precisamente, à competitividade desses setores para o que a pouca absorção de trabalhadores muito contribui. Aqui, novamente, portanto, as barreiras "Cepalinas" transmutam-se em fatores de *estímulo* ao crescimento capitalista periférico.

Em síntese, a formação do mercado interno é resultado lógico da produção que se amplia, tendo como base a expansão do salariedade. O "mercado", portanto, não pode ser colocado como limite *a priori* da acumulação. Ele é a contrapartida da produção. Essa é balizada pela taxa de lucro esperada que, por sua vez, depende não só do nível de desenvolvimento das forças produtivas, possibilitando uma dada taxa de mais-valia, mas também das *condições de concorrência de outras unidades de capital forâneas*. Aqui está a vertente mais simples e promissora para a apreensão do desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista.

IV — A Reprodução do Atraso no Contexto de Relações Mercantis Capitalistas de Produção

O entendimento do processo de integração da economia mercantil capitalista em escala mundial é um empreendimento teórico-histórico de grande magnitude. Trata-se de um longo processo mediado por contextos de relações sociais que se alteram — diferentes modos de produção e formações sociais. É fundamental, portanto, que se busque mecanismos específicos de reprodução do subdesenvolvimento que emergem da lógica ditada pelas relações sociais dominantes em cada período.

O contexto específico que se privilegia aqui são relações mercantis de produção, onde se gestam e desenvolvem o capital e o trabalho assalariado. Está implícito, portanto, o exercício do livre comércio, sem quaisquer mecanismos compulsórios típicos do período colonial. Além disso, um mercado de mão-de-obra potencial existe. A força de trabalho livre e expropriada é potencialmente mercadoria, embora possa não se realizar como tal em função de problemas de outra natureza. Assim não representa, "de per si", um bloqueio à industrialização capitalista.

Em "O Capitalismo Tardio" são feitas considerações a respeito de uma *hipotética* indústria escravista no Brasil. Sua possibilidade concreta é sugerida.

"Volto agora ao problema que coloquei: surgiria a grande indústria escravista de modo a reativar a economia mercantil escravista nacional? Não, e por várias razões.

Não é difícil compreender que os custos da indústria escravista deveriam ser marcadamente superiores aos da indústria capitalista. ... A taxa de lucro da indústria escravista seria muito inferior. ... O pagamento da força de trabalho é inteiramente adiantado quando há escravos, enquanto que a remuneração do trabalho assalariado é realizado após seu consumo no processo produtivo.

Ademais, a rotação do capital variável é mais rápida que a do capital fixo representado pelo escravo... A produtividade do trabalhador assalariado ... haveria de ser muito maior, o que acresceria o diferencial de custos." (Cardoso de Mello, 1975, pp. 72-73).

Em que pese apresentar um contraste pertinente entre indústria capitalista e indústria escravista, é a hipótese em si que se questiona. A validade do contexto anteriormente discutido — relações mercantis generalizadas e a existência do potencial para um mercado de trabalho assalariado (se não a própria existência de um embrião de salariedade urbana) — implica a inadequação da própria possibilidade da grande indústria escravista. O escravismo não só se encontra em processo de extinção ao longo do século XIX, como foi uma solução oriunda do mercantilismo colonial ligada essencialmente a atividades agrícolas. Também, o mercado de trabalho assalariado, tanto potencial como realizado, é compatível com a permanência do regime escravocrata nas atividades rurais, pois sua fonte de "suprimento" é distinta. Finalmente, não se pode esquecer que a questão da força de trabalho como mercadoria vendável ao capital perpassa fronteiras nacionais. De fato, esse potencial se realiza nos grandes movimentos migratórios ao longo do século XIX. Portanto, ao contrário de Cardoso de Mello, a possibilidade real que não se verificou e à qual se deve buscar respostas era o surgimento da indústria capitalista.

As áreas que mais tarde se caracterizariam como periféricas são integradas ao mercado mundial em um processo que toma contornos mais definidos a partir do século XVIII. É nesse processo de integração, sob o império do capital, que se conjugam os fatores do crescimento desigual e combinado. Para que se compreenda esse metabolismo, é importante ter presente a distinção entre a *gênese* do capital — a acumulação primitiva antes discutida — e o seu *autodesenvolvimento*.

Trata-se, portanto, de duas dinâmicas de natureza distinta que passam a condicionar-se mutuamente. A constituição do mercado mundial e a polarização que se configura resultam precisamente dessa interação.

"... os dois lados deste processo devem ser combinados para que entendamos ambos, a gênese e o autodesenvolvimento subsequente do capital. A acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital via produção de mais-valia são ... não somente fases *sucessivas* da história econômica, mas também processos econômicos *concorrentes*. Ao longo de toda história do capitalismo até o presente, processos de acumulação primitiva de capital têm coexistido constantemente com a forma predominante de acumulação de capital ... a criação de valor no processo de produção." (Mandel, 1975, p.45-46, tradução do autor).

O pano de fundo inicial desse longo processo metabólico são economias locais não sô fundamentalmente isoladas e auto-suficientes como também com níveis de produtividade bastante próximos. Essas regiões experimentam individualmente processos de acumulação primitiva que naturalmente variam em abrangência e intensidade. A partir de um determinado momento, alguns desses movimentos isolados transbordam suas fronteiras nacionais. Inicia então uma disputa concorrencial em que os espaços econômicos que mais desenvolveram suas forças produtivas — por razões que fogem ao escopo do presente artigo — passam a pressionar os demais e esses, por sua vez, reagem e se protegem no limite de suas forças.

"O crescimento e a disseminação internacional do modo capitalista de produção ao longo dos últimos dois séculos ... constitui uma *unidade dialética de três momentos*:

- (a) movimento de acumulação de capital nas áreas já dominadas por processos capitalistas de produção;
- (b) movimento de acumulação primitiva ... nas áreas ainda não caracterizadas por processos capitalistas de produção;
- (c) determinação e limitação do segundo momento pelo primeiro, ou seja, luta e competição entre o segundo e o terceiro momentos." (Mandel, 1975, p.47, tradução do autor).

Esse é o arcabouço teórico, próprio para se entender as formações capitalistas periféricas. Não obstante, a análise deve ir além, identificando e explicando os *mecanismos* que emergem da lógica do capital e se manifestam na concorrência intercapitalista. Essa concorrência é a manifestação do movimento *autônomo e inconsciente* do capital, não planejado e fundamentalmente não planejável. Esse movimento é *espontâneo, natural*, e é somente a partir da sua compreensão que se pode entender os limites e efeitos do voluntarismo — sejam as próprias decisões dos empresários, seja a política econômica do Estado capitalista.

Os mecanismos a que se refere são as modalidades de concorrência intercapitalista — a concorrência de produtos (menor preço e/ou melhor qualidade) dentro de um mesmo ramo de atividade, e a concorrência entre esferas produtivas via fluxos de capital. Esses dois mecanismos são o próprio desdobramento da análise da concorrência capitalista dentro de um país ou entre países. No entanto, quando os protagonistas do jogo concorrencial são estruturas econômicas com forças produtivas marcadamente desiguais, os efeitos da concorrência tornam-se dramáticos. Acredita-se que essa análise corresponda à dinâmica essencial da geração e reprodução do subdesenvolvimento econômico. Grande parte da fenomenologia associada ao conceito de atraso ou dependência pode ser explicada à luz da lógica do valor e do capital, expressa na interação entre os capitais individuais. Sobre essa base é que se deve construir as teorias do intercâmbio desigual, das vantagens absolutas ou comparativas, das diversas modalidades de dependência, da disseminação e apropriação desiguais do progresso técnico, enfim, de todos esses *resultados* que estão na origem do bloqueio sistemático ao desenvolvimento das forças produtivas na periferia capitalista.

Cabe aqui algumas ilustrações desse processo de expansão mundial do capitalismo. Várias instâncias na história dos países registram um dado enfrentamento de forças — de um lado, a pequena indústria local matutando no seu processo de acumulação primitiva; de outro, a produção industrial mais eficiente oriunda dos países mais avançados e aliada aos

setores exportadores locais, buscando impedir aquele processo e assim reservar para si parcelas crescentes dos mercados locais.

Durante a Revolução Industrial, a produção em massa pela indústria moderna desenvolvia-se mais na Europa Ocidental (Inglaterra, em particular) e um pouco na América do Norte. Paralelamente, processos de "acumulação primitiva" desenvolviam-se em várias partes do mundo, com diferentes intensidades. Atividades artesanais e indústria doméstica, geralmente um prolongamento da agricultura, eram progressivamente eliminadas por pequenos capitais, embriões da indústria moderna. Essas unidades de capital encontravam-se efetivamente protegidas da penetração de mercadorias baratas produzidas em massa pela grande indústria européia, pois os meios de transporte eram ineficientes e de alto custo. A revolução nos meios de transporte segue a revolução no setor manufatureiro com uma defasagem de aproximadamente 70 anos. Além disso, a indústria moderna européia levou algum tempo para que o nível de produção alcançado resultasse em excedentes que estimulassem a busca por mercados adicionais. Ramos de produção diferentes tiveram explosões em produtividade em momentos distintos e, assim, problemas de desproporções se apresentaram a alguns ramos antes que a outros. Essas condições constituíram barreiras "naturais" protegendo as áreas atrasadas.

Em realidade, essas barreiras "naturais" não protegeram somente os mais distantes povoadamentos da Ásia e América Latina, mas também regiões do sul e leste europeu. Algumas dessas áreas, devido a condições históricas específicas, foram capazes de aproveitar este período de isolamento temporário, antes que a guerra concorrencial que se espalhava pelo mundo as chamasse a combater. E quando isso acontece, muitas já possuem condições de se defender e autopreservar.

Por outro lado, outras regiões são surpreendidas, por assim dizer, e vêem-se despreparadas. Os capitais industriais estão ainda fracos e dispersos. Não conseguem-se colocar como força social hegemônica, logrando impor à sociedade uma política eficiente de defesa de seus interesses e também, por essa razão, atingir níveis de produtividade que lhes permitissem preservar seus mercados. As forças produtivas são relativamente débeis, os capitais locais sucumbem ao assédio forâneo e as economias se atrofiam. A partir daí, tornam-se economias "subdesenvolvidas", "dependentes", "periféricas".

No âmbito dos chamados países "centrais" — Estados Unidos, França, Itália, Áustria, Alemanha e Canadá —, à exceção da Inglaterra, "*the workshop of the world*", a prática do comércio internacional foi sempre pautada por forte dose protecionista.

"Ano após ano, década após década, os governos de todos os países do mundo têm praticado, sem interrupção, uma política protecionista. ... O único intervalo foi o parêntese livre-cambista que começou na Inglaterra em 1846 e terminou por completo em 1932...

A Inglaterra, no entanto, é o único país onde o interregno livre-cambista durou tanto tempo. Os Estados Unidos já tinha abandonado o livre comércio com a ultraprotecionista tarifa Morrill em 1861. Nos outros grandes países onde o 'evangelho' de 1846 foi aceito com muitas dúvidas e reservas — o esquema livre-cambista foi somente efêmero. França o repudiou em 1871, Itália em 1877, Áustria e Argentina em 1878, Alemanha e Canadá em 1879, Austrália em 1902, Chile em 1916." (Emmanuel, 1972, p.XIV, tradução do autor).

Trata-se de um dos mais famosos e duradouros "paradoxos" entre teoria e prática econômica. A "vigência" da Teoria Ricardiana dos Custos Comparativos e seu receituário livre-cambista foi sempre acompanhada da prática protecionista. Em outras palavras, via de regra, o comércio internacional nunca se adequou a essa teoria. "Paradoxo" é a palavra elegante que muitos usam em casos como esse, pois a prática econômica tem desabonado Ricardo: de um lado, aqueles países que se "fecharam" no período da Revolução Industrial inglesa desenvolveram suas forças produtivas e o bem-estar de suas populações, tornando-se "centrais"; de outro, aqueles que se curvaram à prática livre-cambista foram levados à pauperização e atraso de suas forças produtivas, tornando-se "periféricos". Em ambos casos, o resultado é o contrário do que previa a racionalidade ricardiana.

"Num sistema de comércio perfeitamente livre, cada país consagra o seu capital e trabalho às atividades que lhe são mais rendosas. Essa procura de vantagem individual coordena-se admiravelmente com o bem-estar universal. Deste modo, estimulando-se a indústria, premiando-se os inventos e empregando-se o mais eficiente possível as possibilidades especiais concedidas pela natureza, o trabalho é melhor distribuído e com maior economia enquanto que, aumentando a produção total, se espalha o bem-estar por toda parte e se ligam todas as nações do mundo civilizado com os elos do interesse e do intercâmbio. É esse princípio que faz com que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que se cultive o trigo na América e na Polônia e que se fabriquem ferramentas e outros produtos na Inglaterra." (Ricardo, 1965, p.149).

Um entendimento abrangente desses processos históricos (que não se almeja neste artigo) nos diferentes países requer o conhecimento da estrutura e balanço de forças sociais de cada país em particular. Nesses processos, a instância política tem uma certa autonomia relativa e certamente foi importante para que se determinasse uma maior ou menor capacidade das burguesias industriais locais em impor políticas protecionistas e desenvolver suas forças de produção.

Frank (1972) fornece uma excelente visão da polarização no seio das classes proprietárias na América Latina, ao longo do século passado e primeiras décadas deste. Em síntese, essa polarização refletiu o choque de interesses entre o nacionalismo protecionista e o liberalismo econômico. Os partidos "Americano" e "Europeu" lutaram pelo controle do estado e pelas decisões em política econômica. Os partidos "Europeus" favoreciam relacionamento e intercâmbio profundos com as metrópoles europeias e dessas obtiam apoio político e militar. Ao contrário, os partidos "Americanos" defendiam posições ligadas aos interesses das províncias, buscando proteção a suas indústrias locais. Estas eram constantemente ameaçadas de extinção (e muitas foram efetivamente eliminadas) pela concorrência de produtores estrangeiros aliados aos setores exportadores e mercantis que se localizavam principalmente nas capitais (por exemplo, Buenos Aires).

Como, via de regra, as historiografias oficiais reproduzem a versão dos vencedores, os personagens mais conhecidos e glorificados foram políticos dos partidos "Europeus", enquanto poucas referências são dedicadas aos perdedores dos partidos "Americanos".

No Brasil, o bloqueio sistemático ao desenvolvimento das forças produtivas, como efeito do processo concorrencial, se dá com intensidades variáveis desde as primeiras décadas do século XIX. A abertura dos portos em 1808 e os tratados comerciais com a Inglaterra (1810 e 1827) refletem, ao nível da política econômica, a "opção" brasileira pelo liberalismo comercial. Gunder Frank, apesar de oferecer uma análise teórica pouco rigorosa, capta as implicações dessa série de medidas.

"En 1808, el regente abrió los puertos brasileños a los buques de todas las naciones amigas, y en 1810 firmó un tratado comercial con la Gran Bretaña que puso fin a casi todas las restantes restricciones mercantilistas del comercio y franqueó los puertos de Portugal y el Brasil al liberalismo económico.

... en 1827, Brasil firmó otro tratado por el que dio a Gran Bretaña pleno acceso al mercado brasileño en mejores condiciones que las otorgadas a otros países y, sobre todo, en mejores condiciones que las accesibles a la industria nacional brasileña. Con este liberalismo económico, Inglaterra desarrolló su industria, mientras sus satélites subdesarrollaban sus manufactures y su agricultura." (Frank, 1970, pp. 164-165).

São inúmeras as manifestações ao nível do registro histórico das barreiras ao nascimento e ao crescimento continuado do embrião industrial brasileiro. Exatamente no contexto dinâmico da Revolução Industrial, quando a Inglaterra modernizava sua atividade manufatureira, produzindo em massa e a baixos custos unitários, consolida-se no Brasil a prática livre-cambista. As decisões da política econômica *refletem* as posições estruturais de parceiros de comércio com forças produtivas marcadamente desiguais.

"Dois anos após o alvará concedendo liberdade de indústria, era assinado um tratado com a Grã-Bretanha conferindo às manufaturas inglesas uma tarifa preferencial de 15%, inferior mesmo à outorgada aos gêneros portugueses que pagavam 16%. Entregava-se as manufaturas inglesas o mercado brasileiro, inutilizando todos os esforços despendidos, anteriormente, a favor das fábricas nacionais. Nos anos seguintes presenciaremos uma espécie de nacionalismo econômico às avessas — para libertar-se dessa situação vexatória em relação à Grã-Bretanha, o governo brasileiro foi concedendo, paulatinamente, às outras nações os privilégios auferidos pelos ingleses. Pelo decreto de 28 de setembro de 1828, todas as mercadorias estrangeiras passaram a pagar direitos aduaneiros na razão de 15%, qualquer que fosse sua nacionalidade. A supremacia incontestável da Grã-Bretanha no mercado brasileiro não foi porém, no momento, comprometida. De qualquer maneira, as circunstâncias impunham à jovem nação um regime de livre troca, a despeito do desejo de seus dirigentes de promover o desenvolvimento das indústrias." (Luz, 1978, p.23).

A redução sistemática dos custos unitários de produção e de transporte de mercadorias estrangeiras ao longo do século XIX recolocava permanentemente as razões para o raquitismo industrial brasileiro. A concorrência externa trazia altos riscos aos capitalistas locais, redundando na extinção efetiva de seus empreendimentos ou revelando-se um fator abortivo aos seus planos de investimentos.

"Mas o referido teto [abaixo do qual as primeiras indústrias brasileiras buscavam faixas de mercado competitivas vis-à-vis ao produtor estrangeiro] não era 'fixo'. O progresso dos transportes externos e internos, por exemplo, estava permanentemente barateando o custo e a presteza com que chegavam por toda parte os produtos oriundos do exterior. Sem insistir no argumento, acrescentemos tão-somente que o custo do transporte de uma tonelada de carvão de Cardiff ao Rio de Janeiro caiu de 25 shillings em 1872 (para) 11 shillings em 1902." (Castro, v.II, 1971, pp. 107 e 108).

No âmbito deste breve tratamento histórico da questão do liberalismo comercial é necessário tratar também do seu oposto — a questão do protecionismo. Deve-se pesquisar se as barreiras de proteção impostas pela política econômica foram *altas o suficiente e duraram o tempo necessário* de modo a efetivamente isolar os espaços econômicos locais, dando segurança e estimulando a produção. Cabe analisar as diferentes modalidades de protecionismo, avaliando a sua eficácia a *partir dos parâmetros básicos*, segundo os quais se balisa a concorrência intercapi-talista. Faz-se aqui considerações analíticas a respeito, sem tentar uma análise empírico-histórica.

Considerando um mesmo tipo de mercadoria, o dado básico é fornecido pelo custo de produção (refletindo o valor unitário), o qual informa sobre a produtividade daquele ramo industrial em cada país. Em um segundo momento, em que as duas economias em questão passam a concorrer, as taxas de mais-valia também influenciam na formação do preço homogêneo internacional. Esse elemento (uma alta taxa de mais-valia) possibilita aos capitais menos produtivos compensar sua ineficiência com uma maior exploração do assalariado, podendo absorver uma redução do preço do produto. Trata-se aqui de uma forma específica e fundamental de transferência de valor no bojo do processo de formação de preço em uma indústria, forma essa que escapa completamente às proposições de Emmanuel e Prebish sobre o intercâmbio desigual.

É importante lembrar que esses parâmetros na formação do preço têm caráter essencialmente dinâmico, pois os avanços em produtividade (ou, que é a mesma coisa, a queda do valor unitário) ocorreram em ritmos diferentes, aumentando o fosso entre os custos de produção (incluídas despesas de transporte até os pontos de consumo) dos dois países em análise. A diferença entre esses custos indica o nível mínimo de proteção que torne viável a atividade produtiva no país mais atrasado. Essa barreira eleva o preço interno da mercadoria importada, tornando a produção local competitiva.

Portanto, não é correta a simples comparação entre percentuais tarifários em dois países (Brasil e Estados Unidos) que se protegem de um terceiro (Inglaterra). Daí, não se poder concluir a respeito do grau ou da eficácia do protecionismo, como faz Cardoso de Mello.

"Não se pode dizer, portanto, que tenha havido falta de proteção depois de 1844 [quando é decretada a tarifa Alvez Branco de 30%, além de outros incentivos]. Nem é lícito considerar reduzido seu nível ... pois a primeira tarifa norte-americana era de 5% *ad valorem* para os tecidos de algodão e a média, de 8,5%, alcançando-se 17,5% apenas em 1810, quando a indústria têxtil estava consolidada." (Cardoso de Mello, 1975, pp. 71-72).

Essé cotejo direto, ou seja, o exame comparativo da "altura" das barreiras protecionistas, só adquire sentido se referido ao parâmetro básico antes indicado. É o confronto entre os custos de produção Brasil-Inglaterra e Estados Unidos-Inglaterra que vão informar sobre os efeitos protecionistas de tarifas respectivas.

Cabe ainda uma palavra de cautela sobre o efeito protecionista das desvalorizações cambiais¹. A variação na taxa de câmbio efetivamente aumenta o preço interno das mercadorias importadas. No entanto, a esse acréscimo se opõe o incremento no nível geral de preços da produção local. O efeito protecionista, portanto, não corresponde ao percentual de desvalorização na taxa de câmbio, mas sim à diferença entre este percentual e dos preços internos (Furtado também faz esta ponderação). Além disso, a desvalorização cambial é quase sempre um ato reflexo, ocorrendo *após* verificar-se um incremento no déficit comercial ou de serviços. As transações se efetuam e o seu saldo negativo (no caso) vai-se acumulando, pedindo então soluções que vêm *a posteriori*, ou seja, uma vez a conquista de novos espaços de mercado já tenha ocorrido. Uma dessas soluções é a desvalorização cambial, cujo efeito, *ceteris paribus*, é de fato protecionista no sentido de impedir o crescimento ulterior do déficit. Outra solução é o endividamento, inclusive créditos comerciais de curto prazo, forma *não* protecionista de ajustamento no mercado de divisas. Uma terceira solução, também *não* protecionista, é o acréscimo nas exportações de forma a manter o desequilíbrio das contas externas em níveis aceitáveis. É claro que os produtos exportados são do tipo que, via de regra, não concorrem com a produção dos países centrais — produtos agropecuários, minerais etc. No bojo do liberalismo econômico, configura-se, portanto, a estrutura das pautas de importação e exportação, *trade mark* das economias periféricas.

V – Concorrência, Divisão Internacional do Trabalho e Subdesenvolvimento

Nesta seção pretende-se abordar analiticamente os efeitos do intercâmbio internacional de mercadorias e dos fluxos de capital. Essa discussão fundamenta-se em uma determinada concepção sobre o significado da concorrência entre unidades empresariais. Trata-se de uma percepção sobre a racionalidade que move capitalistas ao optarem por certas medidas e quais os limites a eles impostos individualmente pela natureza da sua relação com a força de trabalho, bem como pelas pressões que lhes impõem as demais unidades de capital.

Assim, essa estratégia para entender os fenômenos da "dependência" ou do "imperialismo" privilegia o equacionamento de mecanismos econômicos. Argumentos do tipo "hegemonia política", "poder militar" ou "instrumentos ideológicos" utilizados pelas economias avançadas são importantes, mas só adquirem sentido e eficácia caso apoiados nas vantagens ditas essencialmente produtivas. De fato, em muitas situações históricas, a *força* foi utilizada para implantar em países atrasados e renitentes o *liberalismo* econômico, filosofia proveniente daqueles melhor preparados para as batalhas do mercado.

¹ Refere-se aqui às colocações que faz Celso Furtado em "A Formação Econômica do Brasil", São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, pp.99 e 100, reproduzidas em Caídoso de Mello, op.cit., p.71.

Deve-se considerar a categoria analítica "competição" como igualmente válida, tanto no contexto dos mercados domésticos como do mercado internacional.

"Toda a destruição que resulta da concorrência sem barreiras dentro de um país é reproduzida em proporções mais gigantescas no mercado mundial." (Marx, 1976, p.465, tradução do autor).

É claro que os estados nacionais, com sua autonomia política, impõem certas discontinuidades e barreiras ao livre fluxo de mercadorias e capitais. Tais intervenções implicam a utilização de novos instrumentos de concorrência, mas não rompem a unidade do mercado capitalista mundial. Essa continua essencialmente refletindo a diversidade de força econômica (isto é, produtividades e taxas de mais-valia) das unidades de capital localizadas nos diferentes países. Tão imperiosa tem-se mostrado essa unidade na diversidade, que somente aquelas sociedades que mais se afastam de um modelo capitalista de produção têm logrado trilhar um caminho de maior auto-suficiência econômica, rompendo os laços que as integram ao sistema mundial e desenvolvendo-se com equidade. À medida que os países do chamado Terceiro Mundo permanecem inseridos na dinâmica do capital, nos parece que a lógica de reprodução desse capital lhes impede a realização de quaisquer expectativas de uma "nova ordem econômica".

A concorrência entre unidades de capital manifesta-se de várias formas: capitais são concentrados e/ou centralizados, algumas firmas subsistem e prosperam, enquanto outras enfraquecem e perecem, processos produtivos mais eficientes são introduzidos por algumas empresas, enquanto outras não têm acesso a aqueles métodos, mantidos por um tempo fora do mercado. No contexto do mercado mundial, essa interação constante entre as unidades de capital aprofunda o desenvolvimento diferenciado das forças produtivas, o que aparece como característica de países e regiões. Essa dinâmica toda torna-se fundamental se quisermos entender o subdesenvolvimento como fenômeno reproduzido constantemente pelo capitalismo. Sempre é bom lembrar que o mercado mundial, sob a égide do modo de produção capitalista, foi integrado e consolidado em uma situação na qual o estágio de desenvolvimento das forças produtivas era radicalmente desigual nas várias partes do globo.

O processo concorrencial pode ser concebido analiticamente como composto de dois movimentos: a competição *intra-indústria*, que resulta na formação de um único preço de mercado para um tipo de produto, e a competição *interindústrias*, cuja lógica implica a tendência à formação de uma taxa uniforme de lucros entre os ramos industriais (vide Semmler, 1979).

No primeiro movimento, o objetivo das unidades de capital é auferir lucros extraordinários, ou seja, dado um mesmo preço de mercado, produzir com o menor custo unitário possível para que a margem de lucro aumente em relação ao incremento na intensidade de capital porventura necessária. Assim, processos produtivos mais ou menos avançados podem resultar em uma hierarquia de taxas de lucro dentro de uma mesma esfera industrial. Taxas de lucro mais altas possibilitam taxas de acumulação correspondentemente altas, daí a *concentração* de capital. Aquelas unidades de capital que se situam e logram permanecer por mais tempo no topo da hierarquia crescem e se modernizam rapidamente. Em uma situação limite acabam por eliminar as unidades chamadas marginais, captu-

rando suas parcelas de mercado, daí a *centralização* de capital. Em termos metafóricos (vide Shaikh, 1979), o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias correspondem ao desenvolvimento e à adoção de novos armamentos. A concorrência capitalista assemelha-se a uma situação de guerra, e, dentro de um setor industrial, a arma principal é a redução dos custos unitários de produção.

No segundo movimento do processo concorrencial — competição *interindústrias* — o objetivo das unidades empresariais é transferir e/ou reter fundos para investimentos naqueles setores em que a taxa média de lucro esteja temporariamente acima da taxa geral da economia. Essa discrepância de taxas de lucro entre esferas de atividade tem maior ou menor duração de acordo com as condições objetivas de produção e circulação dos setores em pauta. Assim, conforme o tempo necessário para que nova capacidade produtiva seja construída, a mercadoria produzida e a circulação realizada, o período de tempo necessário para que o desajuste entre oferta e demanda seja corrigido irá variar. Nesse contexto, aquelas unidades de capital com maior solidez financeira e com acesso a recursos para investimentos poderão aproveitar com maior rapidez estas oportunidades de diversificação industrial. Seguindo a metáfora, o processo antagonístico e destrutivo da concorrência capitalista, quando massas de capital se deslocam entre indústrias, corresponde à abertura ou consolidação de novos "fronts" de luta, áreas asseguradas para novas batalhas concorrenciais. Tratam-se de movimentos em permanente fluidez, onde as posições conquistadas são constantemente ameaçadas, e o esforço em mantê-las é permanente, exigindo revoluções tecnológicas e agilidade ao aproveitar os setores de atividade que se mostram promissores. Revela-se aqui meramente a ponta do grande *iceberg* do debate sobre "capitalismo concorrencial" e "capitalismo monopolista".

Caso se tente agora visualizar o processo competitivo em escala mundial, ao longo dos séculos XIX e XX, parece possível o entendimento de como o atraso econômico se gera e se reproduz, resultado do funcionamento "clássico" da economia capitalista. A integração crescente das economias nacionais dá-se através do processo de concentração e centralização do capital a que nos referimos, o qual, naturalmente, favorece aquelas unidades empresariais — e regiões e países — que produzem com os métodos mais avançados, alcançando custos unitários mais baixos. Trata-se de uma longa interação entre economias nacionais que resulta na morte lenta e progressiva dos capitais locais que utilizam métodos produtivos ineficientes.

Inicialmente, os capitais localizados nos países "cêntricos" desfrutam de sua posição privilegiada na hierarquia de taxas de lucro. Vendem a um nível de preço (mais alto) vigente nos países "periféricos" e produzem a um custo unitário menor, daí obtendo seus altos lucros. Como indicado anteriormente, esse movimento no processo de concorrência não só gera a concentração e, em última instância, a centralização de capital, como também se constitui em importante mecanismo de transferência de valor gerado nas economias subdesenvolvidas e apropriadas por capitais localizados nas "metrópoles". Assim, uma parcela dos mercados locais é capturada por produtores forâneos. Os capitais locais perdem posição e, eventualmente são eliminados.

Simultânea e/ou alternadamente a esse movimento, capitais estrangeiros, muitas vezes aproveitando barreiras protecionistas, sentem-se estimulados a migrar e conquistar os mercados locais produzindo nos próprios

países "periféricos". As vantagens tecnológicas e financeiras daqueles capitais continuam a dar-lhes grande margem competitiva, levando à chamada desnacionalização das economias locais.

Um aspecto importante que está por trás dessa dinâmica da concorrência é a forma pela qual se dá a difusão tecnológica. O fato é que uma determinada técnica pode estar sendo utilizada por alguma(s) unidade(s) de capital e permanecer inacessível por algum tempo aos demais capitais. Os padrões de disseminação de métodos produtivos são bastante complexos e não se pretende aprofundar sobre o tema. Tais padrões variam conforme as diferentes esferas industriais. Em algumas delas (por exemplo, têxteis), a tecnologia disseminou-se com relativa rapidez, abrindo possibilidades para que unidades de capital mais fracas tivessem acesso, conseguindo assim se manterem dentro de certos limites de produtividade e não serem eliminadas.

Em outras linhas de indústria (provavelmente as de desenvolvimento mais recente), o padrão de desenvolvimento e disseminação tecnológica foi distinto. À medida que as empresas que primeiro introduziram alguma inovação conseguiam "monopolizá-las" por um tempo maior, os riscos das outras unidades que só poderiam expandir-se com as técnicas mais atrasadas — as únicas disponíveis no mercado — aumentavam significativamente, daí o desestímulo ao investimento. É possível identificar esse caso com o setor industrial de bens de produção. Desse contexto, é que nascem os maiores problemas à implantação e crescimento de um "Departamento I" nas economias subdesenvolvidas, selando por assim dizer um dos aspectos mais prejudiciais da dependência econômica.

Cardoso de Mello aponta para essa questão do ritmo da disseminação das técnicas produtivas.

"... nas duas últimas décadas do século passado ... a tecnologia da indústria pesada, além de extremamente complexa não está disponível no mercado internacional. Já na indústria de bens de consumo leve, especialmente da indústria têxtil, a tecnologia era relativamente simples, mais ou menos estabilizada, de fácil manejo e inteiramente contida em equipamentos amplamente disponíveis no mercado internacional..." (Cardoso de Mello, 1975, pp. 162-163).

A lógica que se vem desenvolvendo conduz ao panorama que tanto identificamos nas regiões atrasadas. Devido ao raquitismo do capital, a classe trabalhadora sofre o desemprego estrutural. Formas pré-capitalistas de produção são recriadas à medida que grandes massas de assalariados não logram vender sua força de trabalho ao capital e lutam para conservar o acesso a mínguos meios de produção. Nesse contexto é que se deve situar grandes parcelas do chamado setor de serviços urbanos, o setor de pequenos produtores agrícolas e a produção doméstica. Em contrapartida, o segmento da força de trabalho que encontra emprego é superexplorado, auferindo baixos salários e trabalhando longas e extenuantes jornadas. Também nesse contexto é que se deve compreender as dificuldades com que se depara o movimento trabalhador para se desenvolver e consolidar. Nessa sucessão lógica aparece o estado autoritário, como resposta a um contexto permanente de potencial convulsão no âmbito da sociedade. Todos esses efeitos tornam-se causas que realmente a situação de pobreza e desestímulo das populações trabalhadoras.

Po outro lado, no que diz respeito às burguesias nacionais ligadas ao capital industrial, o processo de subdesenvolvimento manifesta-se em

permanente pressão por protecionismo; na exigência da participação do estado capitalista na economia, seja sob a forma de produção direta de mercadorias, seja na concessão de subsídios ao capital; na denúncia da desnacionalização da economia. Em termos do balanço de pagamentos, o resultado do processo concorrencial é o déficit comercial recorrente e o endividamento crônico.

No entanto, ao construir-se um quadro menos abstrato do panorama do subdesenvolvimento econômico, observam-se certos aspectos que amenizam o caráter dramático da situação mais geral, como descrita acima. De fato, a dinâmica concorrencial no capitalismo não chega a destruir toda a produção das economias locais. Desde há muito esses países e regiões têm suprido o mercado mundial com mercadorias que, por condições climáticas ou geográficas, são produzidas eficientemente. Essas circunstâncias, aliadas ao fato de que em muitos casos a produção agrícola e mineral é intensiva em capital, tornam tais produtos altamente competitivos no mercado mundial.

Além disso, vários outros elementos analíticos podem ser invocados para explicar a consolidação de segmentos de capitais nacionais. Situações históricas específicas, resultantes de determinadas contradições intraburguesas, encaminham-se a favor dos interesses ligados aos capitais industriais. Estes, assim, foram beneficiados por legislação protecionista, por subsídios governamentais, pela participação do Estado como produtor de certos insumos etc. Algumas unidades empresariais tiraram proveito desses fatores e lograram atingir postos confortáveis nas hierarquias de produtividade. Também os chamados capitais multinacionais transferem-se às economias subdesenvolvidas, usufruindo do isolamento tarifário e de um mercado de trabalho abundante e barato, amenizando também o panorama de desolação das sociedades "periféricas".

Bibliografia

- BIANCHI, A. Notes on the theory of Latin American economic development. *Social and Economic Studies*, v.22, n.1, 1973.
- BRENNER, R. The origins of capitalist development: a critique of New-Smithian Marxism. *New Left Review*, n.104, London, 1977.
- CARDOSO, F. H. e FALLETO, E. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley, University of California Press, 1979.
- CASTRO, A. B. A industrialização descentralizada no Brasil. In: — 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1971, v.2.
- CEPAL. *Economic survey of Latin America - 1949*. New York, United Nations Publications, 1951.
- ECHVERRIA, Xavier Iguínez. *Elements toward a more general theory of unequal exchange*. New York, New School for Social Research, 1979. (Tese de doutorado).
- EMMANUEL, A. Unequal exchange: a study of the imperialism of trade. *Monthly Review*, New York, 1972.
- FISHLOW, A. Origins and consequences of import substitution Brazil. In: DI MARCO, L.E. (ed.) *International economics and development - essays in honor of Raúl Prebisch*. New York, Academic Press, 1972.

- FRANK, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en Latino America*. Mexico, Siglo Veinteuno, 1970.
- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York, Modern Reader, 1970.
- FRANK, A. G. Lumpenbourgeoisie: Lumpendevlopment. Monthly Review, New York, 1972, cap.4.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1971.
- LACLAU, E. Feudalism and capitalism in Latin America. *New Left Review*, n.67, London, 1971.
- LENIN, V. I. *The development of capitalism in Russia*. Collected Works, v.3, Moscow, Progress Publishers, 1977.
- LUZ, N. Y. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- MANDEL, E. Late capitalism. *New Left Books*, London, Verso Edition, 1975.
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. Mexico, Ediciones Era, 1973.
- MARX, K. *Capital*. New York, International Publishers, 1967, v.1.
- MARX, K. Speech of the questions of free trade. In: — *Marx and Engels Collected Works*. New York, International Publishers, 1976.
- MELLO, J. M. Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Campinas, 1975. (tese de doutoramento-mimeo).
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e de tributação*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.
- SEMMLER, W. *Competition, monopoly, and differentials of profit rates: theoretical considerations and empirical evidence*. New York, New School for Social Research, 1979. (mimeo).
- SHAIKH, A. Foreign trade and the law of value: parts I and II. *Science and Society*, v.43, n.3, 1979 e v.44, n.1, 1980.
- SHAIKH, A. *Notes on the Marxian notion of competition*. New York, New School for Social Research, 1979. (mimeo).
- SUNKEL, O. Past, present and future of the process of Latin American development. *Studies in developing countries*, n.57, Budapest, Center for Afro-Asian Research, 1973.
- TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- WEEKS, J. and DORE, E. International exchange and the causes of backwardness. *Latin American Perspectives*, v.6, n.2, 1979.